

## EDITORIAL

### Doação de campanha: é preciso fazer valer decisão do TSE

**A**inda não é desta vez – a menos que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja acionado e atenda à cobrança da sociedade – que os brasileiros terão total transparência nos gastos da campanha eleitoral, sobretudo, a identificação dos financiadores dos candidatos. Apesar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinando a publicação do nome dos doadores, antes do dia da eleição, a iniciativa está sendo esvaziada pelo recurso matreiro de se doar diretamente aos partidos e estes repassarem aos candidatos sem a identificação dos doadores.

Dar transparência ao financiamento privado das campanhas eleitorais é um item fundamental para preservar a legitimidade do processo eleitoral. Dele depende a garantia de que a vontade do eleitor não será afetada por interferência estranha.

Na história, não só do Brasil, mas das democracias representativas em geral, a interferência do poder econômico – através do financiamento privado das candidaturas – sempre foi vista com bastante reticência. Quanto mais o processo eleitoral depender desse recurso, mais ele ficará vulnerável a distorções. Ademais, conhecer os doadores é um dado importante para o eleitor saber quais forças dão substrato à candidatura e assim ter clareza sobre quem e sobre o que está votando.

### Conhecer os doadores é dado importante para o eleitor saber quais forças dão substrato à candidatura

No Brasil, o financiamento privado tem sido um fator constante de denúncia de corrupção, nas eleições. Não é por outra razão que o financiamento público de campanha tornou-se uma das bandeiras principais da luta pelo aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro. Enquanto ele não chegar, entretanto, será preciso tomar o financiamento privado o mais transparente possível.

E o "jeitinho" encontrado pelos partidos para burlar a determinação do TSE de exigir a publicação dos nomes dos doadores é um deserviço prestado à democracia brasileira, por quem deveria estar, justamente, na primeira fila de sua defesa.

Cabe, pois, às várias organizações da sociedade civil mobilizar-se para exigir o fim desse recurso matreiro. Os próprios partidos políticos deveriam ter a honriedade de tomar a iniciativa de tornar pública a identificação de seus doadores atendendo aos anseios dos cidadãos.

Comente nosso editorial: opiniao@opovo.com.br

## CHARGED O CLAYTON



Comente a charge: charged@opovo.com.br



## ARTIGOS

### Dados preocupantes

Adísia Sá

adisia@gmail.com



Jornalista

Dentre as notícias que me entristecem e preocupam, saliento as que dizem respeito à escola ou com cursos concluídos, que educadores constataram, é nessa faixa etária que está o maior número de desocupados, praticamente uma geração ociosa e exposta a descaminhos e encruzilhadas. Moças e rapazes, na escola ou com cursos concluídos, sem ocupação produtiva de qualquer natureza, expostos às seduções próprias à sua idade. Estão a um passo dos atrativos mundanos que esvaziam as suas vidas, perdendo os melhores momentos para uma definição profissional e social. Paralelo a esse quadro, não

posso deixar de dizer também de minha angústia quando vejo nos jornais, nas colunas especializadas, moças e rapazes em reuniões sociais – na companhia de adultos, muitos, quem sabe, pais e familiares – fotografados com copos de bebidas, ocupantes de mesas tomadas de garrafas...

Cada notícia dessa natureza não posso deixar de pensar numa geração à beira do abismo moral e social, pelo destino do imaturo cujo espelho é a cumplicidade da família nas chamadas reuniões sociais regadas a álcool? Como poderá ser o amanhã dessa juventude que, em nome do "moderno", frequenta inferninhos até a madrugada, em companhia de amigos da mesma faixa etária? Quantos pais, também em nome do "isto é normal", entregam as chaves dos carros para os filhos irem a reuniões de amigos, sem que saibam onde esses encontros acontecem e que os frequentam?

Não posso deixar de falar neste assunto, não apenas pelo que sei e vejo, mas por ter entre familiares adolescentes e jovens – moças e rapazes – expostos, como os de suas idades, aos "atrativos" da vida. Atrativos que nem sempre levam a um trajeto condizente às suas idades.

Óvia sempre de minha mãe uma expressão que jamais esqueço: "os pais que não fazem o filho chorar, um dia eles é que farão isso". Volto a dizer: me entristecem as fotos dos pais, com os filhos, bebendo numa mesma mesa.

Não sou de dar opinião a quem não me pede, mas os pais deveriam evitar essa situação, e os colunistas, escolhendo outras fotos para suas páginas, tão sequeiosamente vistas e lidas por milhares de leitores, inclusive os jovens.

## ESCREVA ÀS TERÇAS

### A universidade é do povo como o céu é do...

Mauro Oliveira

mauro.oliveira@fortalnet.com.br



Idealizador do Pirambu Digital e PhD em informática

Exagerei no título. Deve ser resquício do tempo em que eu bandeirava na Avenida da Universidade como voluntário, esta espécie em extinção substituída por "desnutridos e mal pagos", feitos zumbis filosóficos ostentando candidatos tão evidentes quanto "Rosebud", em Cidália Kane.

Mas é curiosa ou sintomática, no dizer do excelente Haquette em "Bravo, Dilma" (O POVO, 9/9/2012), a tenacidade com que se tem criticado o do Supremo Tribunal Federal (STF) e a presidente por sancio-

nar 50% das vagas nas universidades públicas para jovens da escola pública. O argumento é a manjada meritocracia.

Causa-me espécie, no dizer do excelente Barbosa (STF), que uma universidade pública servindo, historicamente, aos filhos da escola privada, nunca tenha atizado os doutos dessa "Marcha da Família (rica) com Deus pela Meritocracia". Soube, lá pelos anos 1990, que des 120 de Medicina da Universidade Federal do Ceará apenas um era de escola pública.

Acertam Ayres de Brito e sua plêiade (desconsiderem o Toifão) quando oportunizam uma luz no fim do túnel (sem ser outro trem lá pra cá) aos "desafortunados da sorte" (decreto 7566 que instituiu o IFCE, em 1909).

E não duvidem da capacidade de superação do jovem diante da oportunidade. Talvez os

54 jovens que criaram o Pirambu Digital, em 2005, continuariam "desafortunados", não fosse a ousadia do IFCE em fazer sua "cota". A elitizada e republicana (será?) meritocracia os teria impedido ao IFCE.

É fácil modelar um Brasil ideal quando se escreve a própria história. Que tal ouvirmos, também, o Ailton Barreto do Emaús, Dora Andrade da Edifica, Preto Zezé e outros doutos do povo?

Melhor ainda? Pergunte a um pai do Brasil de Paulo Freire (não vale o do Maluf) se ele quer esperar a escola pública melhorar para seu filho ser "meritório" da universidade?

E o mesmo que perguntar ao namorado da minha filha, torcedor do Atlético, qual o melhor time da Via Láctea: "Ora, direis, perdeste o senso?"; Claro que o céu é do avião!

## ESCREVA MENSALMENTE

## Fala, cidadão

### Educação no Brasil

Foi aprovado em 26 de junho de 2012 o índice de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação brasileira. O projeto prevê que o País passe a investir 10% do PIB em educação, o que duplicaria em relação ao que é aplicado hoje, sendo 7% em cinco anos, e o resto seria aplicado gradativamente até chegar aos 10% em 2022. Diante desta possibilidade, seria um feito relevante para a educação no momento em que ela está vivenciando um baixo nível de escolaridade em todas as faixas educacionais, inclusive no terceiro ano do ensino médio. Durante anos a educação ficou subfinanciada no Brasil, enquanto a carga tributária cresceu em mais de 10% do PIB, e os gastos educacionais ficaram estacionados em torno de 4% do PIB, só crescendo para algo próximo de 5% nos últimos 23 anos. Considerando que nosso PIB é baixíssimo, isto não significa quase nada em volume de recursos por aluno. Mesmo assim, o Governo Federal não está bancando a proposta que se encontra na Comissão Especial, e tenta travar a sua tramitação, ao entrar com recursos ao proferimento da Comissão, configurando-se um deserviço à educação brasileira. Neste sentido, é preciso que entidades da sociedade civil e sindicatos se mobilizem para tentar barrar os recursos protelatórios do Governo.

Océlio Silveira, Fortaleza-CE

### Violência urbana

Intermitentes comentam no portal www.opovo.com.br a matéria "Funcionários e clientes de posto são furtivos relêns em assalto".

Um marginal que tentou tirar a vida de um trabalhador e pôs em risco a vida de várias outras pessoas merece passar um bom tempo na cadeia e em ala especial para se desintoxicar.

Armando Santiago.

Isso acontece todo dia pelos bairros da periferia. E não só em postos de gasolina. Também existe violência em farmácias e mercados, mas como o assaltante caiu na besteira de escolher Bairro de Fátima, ficou sério...

Cláudia Matos.

### Ambulantes na Beira-Mar

Antes fosse apenas na Beira-Mar, mas é em toda a Capital. Difícil para o pedestre transitar também em outras avenidas de Fortaleza.

Érico Dias. Comentando no portal www.opovo.com.br a matéria "Ministério Público pede restituição de ambulantes da Beira-Mar".

CE é uma das mais perigosas áreas cearenses faltam muita educação e amor ao próximo no trânsito.

Augusto Mesquita. Comentando no portal www.opovo.com.br a matéria "CE 090 e a estrada mais mortal do Ceará".

## O POVO

Fortaleza - CE, 11 de Setembro de 2012

Presidente e Editor: Cláudio Barreto

Diretor-Geral de Circulação: Alton Medina Neto

Diretora-Executiva de Redação: Patrícia Siqueira

Diretor-Adjunto: Evandro Gontijo

Gerente-Geral de Operações: Flávia Barbosa

Gerente-Geral de Comercial: Raphael Vello

Gerente de Pesquisa e Análise: Valéria Costa

Gerente de Indústria: Rodrigo Brasil

Gerente de TV: Vinícius Pereira

Gerente de Notícias: Nelson Torres Jares

Editor-Sênior: Valéria Mendes

Conselho Editorial: Adísia Sá, Cláudio Barreto, Lívia, Dalva, Beatriz de Almeida, Estelita Leitores, Fausto M. Francisco, José de Lima Mattos, Lino Vilela, Maria Lúcia Rocha, Domingos, Marília Oliveira, Paulo Bonaldi, Pedro Henrique Soares, João, Flávia, Benedita, Samara, Roberta Malós, Sílvia Esperança, Simone Souza, Valéria Mendes e Wilson Gomes

Colaboradores: Paulo Rogério

SEDE: EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A. - Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora - CEP: 60055-402

Fortaleza - CE - Fone: 3255-6000 - Fax: 3222-3630/3031 - www.opovo.com.br

### GALERIA DE PRESIDENTES DO POVO

Presidente	Cláudio Barreto
Vice-Presidente	Evandro Gontijo
Gerente-Geral de Operações	Flávia Barbosa
Gerente-Geral de Comercial	Raphael Vello
Gerente de Pesquisa e Análise	Valéria Costa
Gerente de Indústria	Rodrigo Brasil
Gerente de TV	Vinícius Pereira
Gerente de Notícias	Nelson Torres Jares
Editor-Sênior	Valéria Mendes

### ATENDEMENTO AO LEITOR E ASSINANTE: 3254-1010

CALL CENTER ATENDIMENTO O POVO COM: 0800-911-3254 (11h às 18h)

### INFORMAÇÕES GERAIS

Endereço: Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora - CEP: 60055-402 - Fortaleza - CE

Fone: 3255-6000 - Fax: 3222-3630/3031 - www.opovo.com.br

Impressão: Gráfica e Editora O Povo - Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora - CEP: 60055-402 - Fortaleza - CE

Distribuição: Gráfica e Editora O Povo - Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora - CEP: 60055-402 - Fortaleza - CE

Assinatura: Gráfica e Editora O Povo - Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora - CEP: 60055-402 - Fortaleza - CE

## Peixe na merenda escolar

Antonio Diego Lustosa Neto

adiego@stt.org.br



Engenheiro de Pesca e pesquisador da CAPES/DEP/UFCE

Fortaleza é pioneira no Brasil no uso de carne mecanicamente separada (CMS) de pescado, certificada pelo Ministério da Agricultura, na merenda escolar. Ano passado, foram consumidas 230 toneladas de CMS de pescado nas escolas públicas da Capital - mais 23 toneladas foram adquiridas por prefeituras de outras cidades do Estado. Os números ainda são tímidos, mas este pode ser o bom começo de um caminho sem volta.

O mercado potencial da merenda escolar é gigantesco, com seus 52 milhões de estu-

dantes no ensino fundamental demandando refeições durante oito meses do ano escolar. O desafio é como assegurar a produção e o fornecimento para este "país" de alunos.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a criança nessa fase escolar deve consumir 250 gramas de CMS de pescado por semana, ou um quilo de CMS de pescado por mês, oito quilos por ano.

Numa amostragem, foi utilizada a de um milhão de alunos do Fundamental, cerca de 2% apenas do total de matriculados no Brasil. Foi utilizada somente a metade da recomposição da OMS, isto é, 500g/mês ou 4kg/ano/criança.

A demanda foi de quatro milhões de toneladas de pescado por ano, sendo esse número quatro vezes maior que a produção brasileira do ano passado, de 1.264.000 toneladas.

Se aplicada a simulação em Fortaleza, onde os alunos consomem menos de 1kg/ano, seriam necessárias 920 toneladas. Ou 1.840 toneladas, para atender o indicado pela OMS.

A esperança de reversão do quadro é que o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado incentivem a produção de pescado, fomentem o desenvolvimento das cadeias produtivas e invistam no estabelecimento de uma nova cultura.

Uma das saídas para aumentar a produção de pescado no Brasil, atualmente e no futuro próximo, está na aquicultura marinha. O Brasil com uma costa de 9.200 km de extensão e as 200 milhas de zona econômica exclusiva oceânica, possui um potencial de produzir alimentos de origem marinha para alimentar as crianças das escolas de todo o mundo.